


## CULTURA E REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: DESAFIOS PARA A LEI 10.639/2003 NA AMAZÔNIA TOCANTINA

 <https://doi.org/10.56238/arev6n3-178>

Data de submissão: 14/10/2024

Data de publicação: 14/11/2024

**Rosana Maria Alencar Oliveira**

Mestranda

Programa de Pós-graduação em educação e cultura pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

Pedagoga efetiva da Secretaria de Estado e Educação do Pará (SEDUC-PA)

E-mail: [rosanaalencaroliveira@gmail.com](mailto:rosanaalencaroliveira@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5333-5889>

**Benedita Celeste de Moraes Pinto**

Doutora. Professora Adjunto A III da UFPA, lotada no Campus Universitário do Tocantins/Cametá, onde atua na Faculdade de História do Tocantins e no Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC)

Email: [celestepinto@ufpa.br](mailto:celestepinto@ufpa.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9450-5461>

**Andrea Silva Domingues**

Doutora

Pesquisadora visitante sênior do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura do campus Universitário do Tocantins - Cametá, da UFPA, pelo PROCAD AMAZÔNIA (UPA / UFAM /

UFMT)

E-mail: [andrea.domingues@gmail.com](mailto:andrea.domingues@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9264-7754>

**Lucas Rodrigues Lopes**

Doutor. Docente do mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) da UFPA, no Campus Universitário do Tocantins/Cametá

E-mail: [lucaslopes@ufpa.br](mailto:lucaslopes@ufpa.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9936-3666>

### RESUMO

Objetivo: Analisar o contexto histórico e simbólico das religiões e a influência na aplicabilidade da lei 10.639/2003 no contexto escolar de Tucuruí-PA. Metodologia: A pesquisa foi do tipo documental e um relato de experiência com levantamento bibliográfico e de imagens, além de relatar uma experiência de um projeto de extensão realizado em uma escola pública no município de Tucuruí-PA. Foram usados os procedimentos de avaliação documental e de imagens dos documentos selecionados. Resultados: Foram encontrados 20 documentos que auxiliam no debate para o cumprimento da legislação. Foram catalogadas 7 imagens simbólicas, quais sejam: usina hidrelétrica (1), central da estrada de ferro (1), imagens que representam religiões cristãs (5). Nenhum monumento das afro-religiões em pontos estratégicos da cidade foi encontrado. O relato de experiência mostrou uma dificuldade quanto ao cumprimento da legislação para o ensino das afro-religiões, mostrando um contexto discriminatório destas na escola. Conclusão: O contexto histórico da cidade de Tucuruí-PA mostra uma invisibilidade das afro-religiões que caminhou em direção a discriminação. As imagens que reforçam e potencializam os símbolos cristãos, em especial das religiões evangélicas nos lugares estratégicos que representam a

cidade, como: na bandeira municipal, em pontos turísticos e na rodovia federal de acesso principal da cidade, chamam a atenção pois são pontos estratégicos de passagem das pessoas. Esses achados, mostram um potencial indicativo para as dificuldades encontradas no cumprimento da Lei 10.639/2003 que determina o conteúdo das afro-religiões e das questões raciais que envolve os negros escravizados no ensino das escolas brasileiras mostrado no relato de experiência do projeto “Construindo Identidades com Compromisso”.

**Palavras-chave:** Educação, Lei 10.639/2003, Cultura, Afro-religiões.

## 1 INTRODUÇÃO

A construção histórica e social brasileira, está associada a uma rica formação cultural e religiosa influenciada por indígenas, colonizadores e escravizados com uma diversidade de práticas espirituais, tradições religiosas, arte, música, dança entre outras. Sendo assim, estudar as afro-religiões gera uma merecida visibilidade e oportuniza o conhecimento da história do nosso país, que mesmo após anos de ações afirmativas, ainda são pouco faladas e conhecidas pela sociedade e menos ainda pela comunidade escolar (Freyre, 2003; Brasil, 2003).

No Brasil, existem dois termos principais, de identificação para religiões que descendem dos países africanos, quais sejam: religiões de matriz africana e religiões afro-brasileiras (Prandi, 2000). Neste estudo optou-se por usar o termo Afro-religiões pelo motivo da pesquisadora principal deste trabalho ser uma afro religiosa denominada IFA que é uma religião africana, por esse motivo, foi usado o termo Afro-religião, pois este contempla todas as de matriz africana e o IFA.

O ensino das afro-religiões na comunidade escolar é amparado pela lei 10.639/2003 que ao ser sancionada pelo Governo Federal em 2003 sugere um leque de possibilidades para educadores abordar temáticas envolvendo a cultura, as religiões Africanas e afro-brasileiras (Brasil, 2003).

Essa lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira em todas as escolas, desde o ensino fundamental até o ensino médio, corroborada, posteriormente, pela lei 11645/2008 que incluindo também o ensino da história e cultura indígena. No entanto, a lei já completou vinte anos ano passado e a aplicabilidade da lei 10.639/2003 que contempla o estudo da cultura afro-brasileira e africana nas escolas, ainda parece ser uma tarefa complexa por parte dos educadores quando inclui as afro-religiões (Brasil, 1996; Brasil, 2008).

Os educadores são compreendidos pelos servidores da gestão, a equipe técnica administrativa e os professores, se destacam por serem profissionais que possuem um papel importante na construção de uma sociedade que promova equidade entre as classes, além de promover discussões na comunidade escolar que levem a posturas antirracistas, pois, quando os (as) alunos (as) têm contato com outras culturas e credos religiosos passam a conhecer e aprender a valorização da diversidade cultural brasileira, sendo capazes de promover o respeito mútuo assim como a inclusão (Brasil, 2006).

Logo, cabe à esta classe promover discussões que apontem os verdadeiros sentidos e significados das afro-religiões enquanto grupo cultural e de resistência, sua contribuição para a construção identitária, buscando identificar discursos que contribuíram para o apagamento e silenciamento associados a marginalização sobre/das afro-religiões, que têm ocorrência secular (Brasil, 2006).

Dessa maneira, essa pesquisa surge de questões emergentes que merecem destaque na sociedade laica brasileira. Por esse motivo, estudos que tragam à luz da ciência pesquisas que contribuam com as afro-religiões, em especial, na região norte do Brasil podem ajudar a diminuir as lacunas no conhecimento referentes a esta problemática. Nesta direção, existe uma carência de estudos sobre essas religiões no município estudado. Tentando diminuir essas e outras questões, buscamos referências de pesquisadores locais e algumas obras foram consultadas tais como: *Um Grito Negro: poetizando a conscientização* (Santos, 2021a); *Felipa Aranha: a guerreira da Amazônia* (Santos, 2021b); *Narrativas Amazônicas, histórias contadas pelo nosso povo* (Santos, 2021c); *Cidade e empresa na Amazônia: gestão de território de desenvolvimento local* (Trindade Jr. e Rocha, 2002), onde as leituras não fazem nenhuma referência às afro-religiões, o que reforça a necessidade de estudos que abordem essa problemática.

Nesta direção, verificamos a necessidade de realizar uma pesquisa mais atenta e profunda, pois há muitos conhecimentos relacionados às afro-religiões que necessitam de um olhar focado no envolvimento maior dos educadores, em especial, dos professores que se encontram na linha de frente no trato com os alunos, cabendo a eles o compromisso de levar para o espaço da escola ações que fomentem discussões e que promovam uma educação antirracista em prol de uma sociedade mais equânime.

Dentro desta perspectiva, o estudo teve como objetivo analisar o contexto histórico e simbólico das religiões e a influência na aplicabilidade da lei 10.639/2003 no contexto escolar de Tucuruí-PA.

## **2 METODOLOGIA**

### **2.1 DESENHO DO ESTUDO**

Esta pesquisa se configura como um estudo de relato de experiência associado a um levantamento documental bibliográfico e de imagens (Marconi e Lakatos, 2010). O levantamento documental e de imagens permitem visualizar um fenômeno do ponto de vista histórico de documentos, de imagens/fotografias, e no caso desta pesquisa, também pelo olhar da legislação. O relato de experiência é um tipo de apresentação metodológica, que embora superficial, quando associada a outros métodos, fortalece uma apresentação da realidade de um determinado problema de estudo.

### **2.2 LOCUS DA PESQUISA**

A localização estratégica de Tucuruí sempre foi alvo de interesses econômicos, inicialmente pelos colonizadores que exploravam recursos vegetais e minerais. Interesse que culminou nos anos

quarenta a construção da Estrada de Ferro Tocantins. Sendo assim, com o passar do tempo e a mudança no cenário político e social, o Estado (Federação) passou a ver o rio Tocantins como uma fonte potencial para a exploração de energia elétrica, devido às corredeiras abundantes na região. Esse interesse culminou na construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE-Tucuruí), que não visava diretamente o progresso local, mas estava inserida no contexto do Projeto Grande Carajás.

A cidade de Tucuruí, está situada à margem do rio Tocantins, constituindo um importante entreposto comercial na região, possui uma área total de 2.086 km<sup>2</sup>, e conforme estimativas do Censo Brasileiro de 2022, sua população era de 91.306 habitantes (IBGE, 2022).

## 2.3 COLETA DE DADOS

Realizou-se um levantamento nas bibliotecas da Universidade Estadual do Pará (UEPA) e Universidade Federal do Pará (UFPA). Além disso, levantamento foi realizada uma busca na secretaria de cultura e de educação do município de Tucuruí-PA em busca de documentos que demonstrem a aplicabilidade da lei 10639/2003. A busca no Google acadêmico de documentos nacionais e complementares também foi realizada.

### 2.3.1 Avaliação pela análise documental

Foi realizado um levantamento documental nas bibliotecas públicas das universidades locais e mídia eletrônica como citado acima, onde as análises dos trabalhos encontrados seguiram as orientações da análise de Bardin (2010), como forma de condensação sintetizada e classificação das informações, para consulta e armazenamento.

### 2.3.2 Avaliação pela análise de imagens

A análise das fotografias apresentadas foi realizada usando a proposta histórico-semiótica de Mauad (2004). Esse autor estabeleceu para a análise das imagens fotográficas cinco categorias: 1- o espaço fotográfico, 2- o espaço geográfico, 3- o espaço do objeto, 4- o espaço da figuração e 5- o espaço da vivência. Para este estudo, foram realizadas as análises do espaço físico geográfico (1), onde foram retratados o local, ano, atributos da paisagem, bem como as mudanças e trajetórias ao longo dos anos dos e análise dos espaços de vivência (5), onde foi retratado o tema da foto, o local retratado e as atividades.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 RELATO DE EXPERIÊNCIA

A experiência relatada neste estudo foi realizada na escola Ana Pontes Francêz com alunos de ambos os gêneros do ensino médio, professores e técnicos em educação, atendendo 25 turmas e aproximadamente 625 alunos/ano. A promulgação da lei 10.639 de 2003, que tornou obrigatório o estudo da cultura africana e afro-brasileira na educação básica e instituiu a data 20 de novembro, o dia comemorativo alusivo à Consciência Negra, propondo também, mudanças na matriz monocultural para considerar a riqueza e a contribuição da diversidade para a compreensão da cultura e história nacional, despertou o interesse em confeccionar um projeto macro da escola Ana Pontes Francez intitulado “Construindo Identidade com Compromisso”.

O projeto, iniciado no ano de 2015, trouxe para escola citada acima discussões de temas como: racismo, discriminação, cotas nas universidades, afro-religiosidades, com uma abordagem respeitosa e responsável com a merecida sensibilidade que envolve a complexidade dessa temática. Para isso, foi buscado parcerias com pessoas de movimento negro local, assim como, a comunidade de terreiros que se dispusessem a contribuir com as discussões realizadas na escola. Com essa parceria, houve uma contribuição para o enriquecimento do currículo escolar, promoção de valores fundamentais de respeito, tolerância e compreensão das temáticas. Além do combate a estereótipos, posturas preconceituosas e discriminatórias com alunos praticantes dessas religiões.

Dessa forma, e com o passar dos anos, questionamentos e curiosidades eram trazidos para a escola sem que pudéssemos saná-los. Ficou claro que quando a escola era provocada a esclarecer tensões sobre a temática afro-religiosa, o que se via era um silêncio em meio a um estranhamento e desconhecimento por parte da equipe técnica e pedagógica, alunos e até da própria comunidade. Com isso, quando alguém com competência comprovada surgia na comunidade escolar ele era convidado para contribuir com o projeto da escola para falar sobre as afro-religiões. Entretanto, não houve avanço pois existiam muitas lacunas não preenchidas por falta de informações.

Sendo assim, após essa observação surgiu a necessidade de se fazer um levantamento de dados sobre essas informações no município. Em primeiro lugar foram procuradas nas secretarias de Educação Municipal e Estadual, sem um retorno de dados que elucidassem a busca. Fato que levou alguns educadores a se organizarem junto a alunos e professores para buscar informações sobre esses espaços e seus líderes.

Nesse sentido, um grupo de alunos, mediado por um professor da escola, realizou uma busca que localizou alguns terreiros na cidade de Tucuruí, onde ocorreram várias conversas com a intenção de desmistificar as ideias que permanecem no imaginário popular quando se trata, especificamente,

das afro-religiões entre elas: associação com seitas diabólicas, local onde se cultua o mal, onde pessoas fazem o mal a pessoas de bem, local de magia e segredos.

Desde então, as ações pedagógicas da escola Ana Pontes Francez, foram fortalecidas e a cada ano, inovando e desconstruindo preconceitos em relação às afro-religiões, seus costumes e ritos. Portanto, ao promover o contato dos alunos com esse conhecimento, o entendimento na escola, a contribuição para uma sociedade e equânime se mostrou realizada para os alunos e seus familiares, ou ainda para aqueles que são praticantes das afro-religiões. Assim, a partir do conhecimento gerado, que os paradigmas são quebrados e um novo conhecimento pode ser gerado na comunidade.

É importante destacar que foram recorrentes as dificuldades encontradas pela equipe técnica e professores quando abordavam a temática das afro-religiões na escola. Desse modo, e através do exercício sistemático novas formas de perceber essa cultura foram se estabelecendo no espaço escolar.

Assim, a cultura proveniente de pretos descendentes de escravizados foram sendo ressignificados, sendo assim, segundo Bergamaschi e Gomes (2012), tais conceitos surgem com o intuito de mudar a cultura preconceituosa e discriminatória em relação a esses povos, pois eles reivindicam imagens, pensamentos e atitudes mais condizentes com a realidade a seu respeito.

Nesta perspectiva, foi possível especular, que a subjetividade da abordagem e as identidades dos professores, também provocaram deslizamentos nos sentidos específicos dos seus dizeres das afro-religiões, afetando de forma negativa as possíveis contribuições culturais para a população local.

Nos últimos anos vem ocorrendo uma insurgência dos terreiros em Tucuruí-PA, oriunda da organização e preocupação dos Afro-religiosos em legalizar seus espaços com alvarás de funcionamentos e licenças. Assim como o aumento de jovens se denominando pertencentes ou simpatizantes das Afro-religiões. Essas particularidades são relevantes socialmente para as chamadas Comunidades Tradicionais de Terreiros (CTTro) e para a própria comunidade.

Portanto, faz-se necessário trazer elementos de relevância histórica, social e cultural, para os espaços escolares e acadêmicos, possibilitando a visibilidade da cultura afro-brasileira e indígena, visto que a não está sendo dado o valor à religião dessas comunidades nos espaços escolares nesta cidade. Essa ausência causa fragilidades na construção identitária e de um lastro social entendendo que é a partir do conhecimento que os paradigmas são quebrados e um novo conhecimento é gerado na comunidade (Brasil, 2006).

Assim, poderá haver uma contribuição para o enriquecimento do currículo escolar, promoção de valores fundamentais de respeito, tolerância e compreensão além do combate a estereótipos, posturas preconceituosas e discriminatórias com alunos praticantes dessas religiões. Portanto quando os alunos têm contato com outras culturas, credos religiosos, passam a conhecer e aprender a respeitar

e valorizar a diversidade cultural existente no nosso país, para serem capazes de promover o respeito mútuo assim como a empatia (Brasil, 2004).

Sendo assim, ao promover o contato dos alunos do ensino médio com esse conhecimento e seu entendimento a escola contribuirá para uma sociedade mais justa e equânime onde alunos que têm familiares ou são praticantes das afro-religiões, possam aprender sobre essas tradições dentro da escola e venham contribuir para o fortalecimento da identidade cultural assim como a promoção da autoestima religiosa (Gomes, 2007).

Nesse sentido, cabe à escola fazer com que todos os alunos se sintam acolhidos, representados, valorizados e que temáticas como essa proporcionem uma perspectiva mais ampla e profunda sobre questões religiosas. Isso também pode contribuir para melhoramento das questões sociais, históricas e culturais, que tem como consequência o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico, empatia e compreensão intercultural com uma educação mais inclusiva, diversificada e enriquecedora para todos os alunos.

### 3.2 LEVANTAMENTO DOCUMENTAL E DE IMAGENS

A trajetória da educação no Brasil do período colonial aos dias atuais, enfatizam a ausência e ou dificuldade de acesso à educação e a religiosidade que os negros escravizados tiveram. Assim como as marcas deixadas na construção dos discursos que forjaram a construção social e cultural do povo brasileiro e que são mantidos até a atualidade. O quadro 1 apresenta os 20 documentos históricos levantados que ajudam a compreender e servem para discutir essa problemática.

Quadro 1 apresenta o levantamento documental considerado relevante para a discussão da temática abordada.

Referência do Documento	Título do Documento	Descrição síntese
Pará (1870)	Lei nº 661/1870	Lei Provincial n.º 661, de 31-10-1870, criação do distrito de Alcobaça e anexado a vila de Baião.
Brasil (1971)	Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 5.692/71	Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971 Lei de Diretrizes e Bases da Educação, conhecida como Nova LDB. Esta lei fixa as diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, que tinha como objetivo principal proporcionar aos estudantes a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades vocativas, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania;



Tucuruí (1993)	Lei Municipal nº 3.841 de 23 de dezembro de 1993.	Institui a bandeira municipal, que passará a ser símbolo do Município de Tucuruí e dá outras providências.
IBGE (2000)	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Censo Demográfico de 2000 que fala das características gerais da população
Pinto (2001)	Escravidão, fuga e a memória de quilombos na região do Tocantins	Fala de demarcação de território negro. O Mocambo do Mola possuía 300 pessoas lideradas por Maria Felipa Aranha.
Brasil (2003)	Lei 10.639/2003	Lei sancionada em 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório nos currículos escolares o estudo da história e cultura afro-brasileira.
Tucuruí (2003)	Lei Municipal nº 5634 de 02 de abril de 2003	Institui o nome de “Lions Clube” ao logradouro que está sendo construído na rotatória da Avenida Veridiano Cardoso, trevo com a Avenida Tancredo Neves - Cohab. Câmara Municipal de Tucuruí.
Brasil (2004)	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	Homologada em 18 de maio de 2004 com o parecer de 03/2204. É uma pedagogia de combate ao racismo e a discriminação elaboradas para a educação das relações étnico/raciais positivas que tem como objetivo ampliar o debate sobre tema de alta relevância e propõe trazer para o ambiente escolar conteúdos, pensamentos e materiais que valorizem a diversidade presente nesse país.
Wedderburn (2005)	Novas bases para o ensino da história da África no Brasil. In: Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/2003	Este livro tem como objetivo contribuir com educadores/professores informações e conhecimentos estratégicos que possibilitem a compreensão e o combate do preconceito e da discriminação raciais nas relações pedagógicas e educacionais das escolas brasileiras.
Brasil (2010)	Lei 12.288/10. Estatuto da Igualdade Racial	Lei Nº12.288, de 20 de julho de 2010. Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e as demais formas de intolerância étnica.
IBGE (2010)	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: Tucuruí	Censo Demográfico de 2010 que fala das Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.

Campelo, Conrado e Ribeiro (2015)	Metáforas da Cor: Morenidade e Territórios da Negritude nas Construções de Identidades Negras na Amazônia Paraense	Este artigo publicado em abril de 2015 tem como faz um levantamento de questões de ser negro na Amazônia e de como sua presença até hoje é invisibilizada, em especial no Pará. Ser moreno é como os negros são chamados na região portanto sua marca identitária da região a partir de suas metáforas e hipérbolos para uma identidade compartilhada /manipulada cultural, política e simbolicamente em que, em um processo nada linear, se fundamenta o mito indígena que configura as argumentações que desencadearam o debate instaurado.
Carvalho (2018)	História da educação da população negra: o estado da arte sobre educação e relações étnico-raciais (2003-2014)	O artigo intitulado História da educação negra: o estado da arte sobre educação e relações étnico-raciais (2003-2014) publicado em 2018 traz resultados de uma pesquisa mais especificamente sobre a “História da População Negra” onde foi selecionado e analisados 31 artigos em periódicos brasileiros na área de educação de (2003-2014). A temática mais trabalhada foi sobre o processo de inserção/exclusão da população negra na escolarização formal ou não formal. Constatou-se que a contribuição científica estudada no conjunto dos artigos é de extrema importância, sobretudo ao ser identificado as dificuldades da implementação na lei 10639/2003 nos currículos escolares brasileiros assim como na educação básica.
Dias (2018)	Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais: da LDB de 1961 à Lei 10.639/2003	Fala sobre os avanços e retrocessos na educação para as relações étnico-raciais dentro dos espaços escolares
Tucuruí (2018)	Lei Municipal nº 9.936/2018, de 02 de abril de 2018	Institui a Bíblia como Patrimônio imaterial do Município de Tucuruí
Tucuruí (2018)	Lei Municipal nº 9.937/2018, de 02 de abril de 2018	Dispõe sobre a construção de monumento à Bíblia na BR 422 em frente ao Quartel dos Bombeiros, e dá outras providências.
Tucuruí (2019)	Lei Municipal nº 10.019, de 19 de junho de 2019	Dispõe sobre a construção de Monumento Mariano entre a Avenida Brasília e a Avenida Raimundo Veridiano Cardoso, próximo à Loja Avenida
IBGE (2020)	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.	Censo Demográfico de 2020 que fala da População por cor ou raça

Campelo (2022)	Em Busca da Justiça dos Orixás: Aspectos da Intolerância Religiosa e do Racismo contra as Religiões de Matriz Africana em Belém	Trata-se de um estudo sobre intolerância religiosa e racismo contra os terreiros na cidade de Belém, Pará, a partir do relatório produzido pelo GT de Matriz Africana do Conselho de Segurança Pública do Pará (CONSEP-PA).
Museu Virtual de Tucuruí (2024)	Museu Virtual de Tucuruí. De Alcobaça à Tucuruí	O Museu Virtual de Tucuruí foi criado por um grupo de cidadãos tucuruíenses na sua maioria filhos ou parentes de ex-funcionários da extinta Estrada de Ferro Tucuruí com o objetivo informar a população sobre sua história através de documentos, fotos e relatos de antigos filhos da cidade.

Fonte: Autoria própria

### 3.3 O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TUCURUÍ-PA

O Museu Virtual de Tucuruí (2024), apresenta alguns fatos históricos que remontam o período colonial, por volta de 1.625, quando Frei Cristóvão de Lisboa a mando da coroa portuguesa, iniciou um processo de catequização e formação de missões para continuar a educação indígena, iniciada desde o descobrimento do Brasil. Nesse período, a região fazia parte da Província de Grão-Pará, governada pelo Capitão Mor Bento Maciel Parente, que esteve no cargo entre 1.622 a 1.626. Neste contexto, os primeiros habitantes da região que hoje corresponde ao município de Tucuruí eram os índios Assurinins do Trocará e os Gaviões da Montanha (Pinto, 2001).

Durante o período em que José Nápoles Teles de Menezes foi governador, foi fundado o lugarejo de São Bernardo de Pederneiras, às margens do rio Tocantins, no município de Baião, visando reforçar o controle e prevenir a fuga de escravizados de Cametá. A diante, Teles de Menezes estabeleceu o registro de Alcobaça, com caráter militar e alfandegário. Segundo Pinto:

No distrito de Juaba, às margens do Igarapé Itapocu, foi formado, na segunda metade do século XVIII, o quilombo do Mola ou Itapocu, um dos mais importantes focos de resistência negra da região do Tocantins. Mais de trezentos negros, sob a liderança da negra Maria Felipa Aranha e, posteriormente, de sua sucessora Maria Luiza Piriá ou Pirisá, viveram ali por vários anos sem serem ameaçados pelas forças legais. No município de Mocajuba, formaram-se os quilombos de Icatu e Putiri; e, no Município de Baião, negros libertos e fugidos se uniram na formação do quilombo do Paxibal (Pinto, 2001, p. 337).

As mudanças de nome e a reconfiguração de Tucuruí foram motivadas por interesses políticos e econômicos, refletindo as constantes disputas, sendo renomeado para Freguesia de São Pedro do Alto Tocantins em 31 de outubro de 1870, pela Lei nº 661, por ser um local mais populoso daquela região do rio. Posteriormente, em 1875 renomeada como Freguesia de São Pedro de Alcobaça, através do decreto da Lei nº 839 (Correia, 2017).

Nos anos de 1890, a concessão para a construção de uma estrada de ferro entre Alcobaça e Boa Vista, em Goiás, marcou uma mudança significativa nesta região. Essa concessão foi formalizada pelo decreto nº 9.405, de 21 de março de 1885, garantindo um importante desenvolvimento para essa região (Brasil, 1885).

A partir de 1894, com a instalação da Companhia de Navegação Fluvial Araguaia-Tocantins e a construção da estrada de ferro, a região experimentou um aumento populacional significativo. Houve um fluxo migratório de pessoas de várias partes do Brasil, especialmente, de nordestinos e habitantes de cidades paraenses próximas, entre as principais foram Cametá e Mocajuba, que demarcaram o desenvolvimento da região do baixo Tocantins (Museu Virtual de Tucuruí, 2024).

Em virtude desse breve histórico, destacamos dois aspectos específicos, quais sejam: a educação e a religiosidade em Tucuruí. Ao investigarmos esses aspectos, foi necessário recorrermos à memória. Como afirma Brito (2016), “toda fonte histórica é pensada a partir de um lugar na memória”. Assim:

A formação de uma memória está ligada aos discursos que foram produzidos e assimilados em cada sujeito, assim esses discursos serão transmitidos, repassados, buscando formar uma “identidade”, seja ela nacional ou local (Brito, 2016, p. 31).

Neste contexto, a educação em Tucuruí passou por muitas mudanças ao longo de sua história. Segundo o Museu Virtual de Tucuruí (2024), os primeiros registros educacionais datam de 1.940 a 1.950, mostrando que a educação local era ministrada, principalmente, por mulheres, autorizadas por seus pais e sob a custódia das famílias conservadoras ou religiosas. Essas professoras, muitas vezes com apenas formação colegial, exerciam a função com seriedade e tinham o compromisso de combater o analfabetismo, especialmente, na extensa zona rural.

Em 1.960, com a chegada das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula em Tucuruí, e com o apoio da população com doações de empresários, foi construída a Escola Nossa Senhora da Conceição, que ministrava aulas da 1ª à 4ª série, sendo até hoje, uma referência local de qualidade no ensino. Na mesma década, foi fundada a Escola Estadual Frei de Vila Nova, conhecida como Escola Francisco de Assis Rios, localizada no centro da cidade (Museu Virtual de Tucuruí, 2024).

Na década de 1.970, a educação era responsabilidade dos governos federal e estadual. As escolas funcionavam em prédios alugados ou cedidos por comerciantes e/ou fazendeiros, normalmente, em condições precárias e as professoras que ensinavam da 1ª à 4ª série eram pagas pelo estado. E, quem desejasse continuar os estudos precisava se deslocar para outras cidades, como Belém, Fortaleza ou Recife.

Como resultados do processo de busca das ilustrações, foram encontrados e elecionadas sete imagens históricas, incluindo seis fotografias, e uma imagem da bandeira de Tucuruí.

A construção da estrada de ferro, em que o documento de concessão para construção se deu pelo decreto nº 862 de 16 de outubro de 1890. Em 24 de dezembro de 1908 foi inaugurado o primeiro trecho com aproximadamente 43 km e extinta pelo decreto nº 60.508 de 27 de março de 1967 (Brasil, 1890; Brasil, 1967), movimentando de forma potencial, a economia da cidade (Figura 1).

Figura 1- Estação Central antiga de Tucuruí



Fonte: Acervo Pessoal da Autora (2024). Domínio público: <https://www.museuvirtualtucuruí.com.br>

A fotografia apresentada acima, mostra o prédio da estação central construído em alvenaria e madeira com rampa de acesso para deslocamento de pedestres e materiais para serem transportados no embarque e desembarque do trem.

Diante disso, a educação em Tucuruí neste período era considerada um privilégio, atendendo, principalmente, os filhos dos funcionários da Estrada de Ferro Tocantins, comerciantes influentes e políticos locais.

Outro momento histórico importante para a cidade de Tucuruí, foi a construção da Usina Hidrelétrica (Figura 2). Neste período, as escolas voltaram a ser equipadas para privilegiar, desta vez, para atender aos filhos dos funcionários das empresas envolvidas na mega construção da obra (Museu Virtual de Tucuruí, 2024). A usina hidrelétrica foi inaugurada em 22 de novembro de 1984 no governo militar de João Batista Figueiredo. A barragem de Tucuruí, de terra tem 11 km de comprimento e 78m de altura, o desnível da água varia com estação entre 58 e 72 m com 23 comportas, a barragem também serve de acesso para a cidade de Tucuruí compondo a rodovia estadual PA 263 (Almeida, 2021).

Figura 2 - Usina Hidrelétrica de Tucuruí



Fonte: Acervo Pessoal da Autora (2024).

A imagem apresenta a cima, mostra uma visão panorâmica da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, com as 23 comportas abertas, que também serve de acesso a cidade de Tucuruí e passagem para outros municípios como Novo Repartimento e Cametá.

Na perspectiva educacional, por meio da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação nº 5.692/71, foram implementados cursos de 1º e 2º ano, ampliando a assistência pedagógica dos estados aos municípios. Em 1.980, a educação deixou de ser um privilégio de poucos e se tornou referência na educação pública da cidade de Tucuruí, oferecendo cursos técnicos que incluíam: Edificações, Técnico de Laboratório, Administração e Magistério, contando com professores de formação superior vindos de diversos estados do Brasil. A cidade se destacou por suas vilas residenciais e escolas de Ensino Fundamental e Médio, atraindo muitas pessoas da região do entorno em busca de uma educação de melhor qualidade (Brasil, 1971).

Em 2.010, a taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos em Tucuruí era de 94,9% comparada a outros municípios do estado, ficou na posição 79 de 144 municípios, e em nível nacional, na posição 5.043 de 5.570. Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2021, os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública alcançaram 4,8 pontos, enquanto os anos finais obtiveram 4,5 pontos. Tucuruí ocupou as posições 41 e 22 de 144, respectivamente (IBGE, 2022).

Esses dados mostram um avanço significativo na educação e ensino na cidade de Tucuruí, com uma alta taxa de escolarização, porém, o desempenho educacional medido pelo IDEB sugere que há

ainda há espaço para melhorias e avanços na qualidade do ensino oferecido em Tucuruí, especialmente, nos anos finais do ensino fundamental.

### 3.4 INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NA EDUCAÇÃO

Ao historicizar o percurso educacional e religioso do município de Tucuruí foi possível perceber que houve uma forte influência de várias denominações religiosas, e educacionais dos povos que povoaram esse lugar. Os indígenas, tinham em sua cultura saberes ancestrais e religiosidade próprios. Já os portugueses trouxeram a religião católica e os negros escravizados contribuíram com as religiões de matriz africana pelo contato com o colonizador. Assim, a sua cultura e também a religião foram influenciadas por aqueles que mantinham contato durante a extensa jornada de trabalho e de descanso (Pinto, 2001).

Nesse contexto, foi possível perceber pelos dados da Tabela 1 disponibilizada na plataforma do IBGE (2010), que há várias denominações religiosas no Município:

Tabela 1- Principais denominações religiosas em Tucuruí

Grupos de religião	Distribuição percentual da população residente (%)						
	Brasil	Grandes regiões					Tucuruí
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	
Católica Apostólica Romana	64,6	60,6	72,2	59,5	70,1	59,6	55,6
Evangélicas totais*	22,2	28,5	16,4	24,6	20,2	26,8	31,9
Evangélicas de Missão	4,0	4,8	3,4	3,9	5,0	4,1	7,4
Evangélicas de Origem Pentecostal	13,3	20,1	10,1	14,3	10,9	16,6	22,7
Evangélicas não determinada	4,8	3,6	2,9	6,3	4,3	6,1	1,8
Espírita	2,0	0,5	0,8	3,1	2,0	2,3	0,4
Umbanda e Candomblé	0,3	0,1	0,2	0,4	0,6	0,1	0,1
Sem Religião	8,0	7,7	8,3	9,0	4,8	8,4	10,9
Outras religiosidades	2,7	2,5	2,0	3,4	2,2	2,7	1,0
Não Sabe/semdeclaração	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE (2010) com adaptações realizadas pelos autores.

\*Os dados totais de evangélicos: considerar um recorte fora do percentual total desta tabela

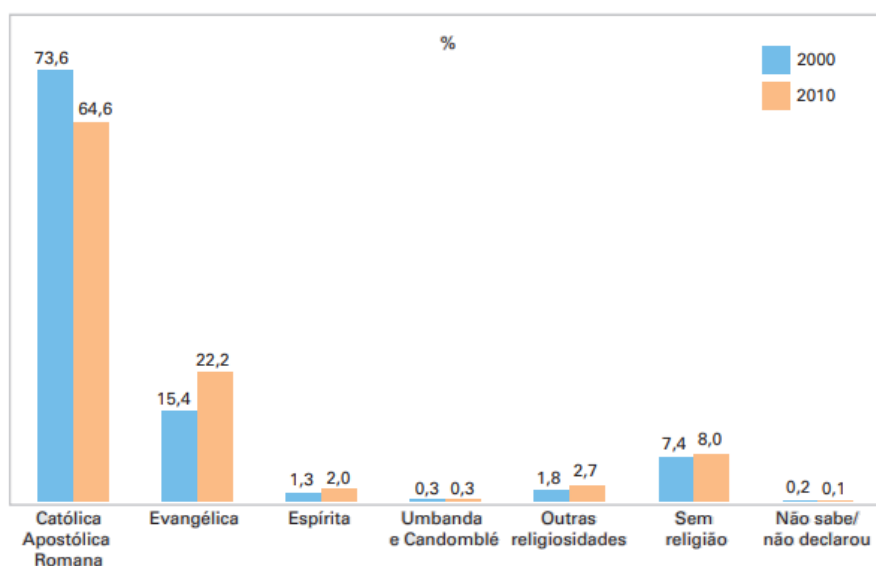
Os dados apresentados na Tabela 1 e na Figura 3 mostram um cenário das religiões, indicando aumento dos evangélicos que representavam cerca de 22% (aproximadamente 42 milhões) da população brasileira em 2.010 (IBGE, 2010).

Os dados apresentados na Tabela 1 mostram que na cidade de Tucuruí em 2.010 havia quase 32% de evangélicos e em maior número, 55,6% de católicos. Porém, a no cenário nacional (Figura 3)

mostra uma diminuição de 9% dos católicos entre 2.000 e 2.010 e aumento de 6,8% dos evangelhos no mesmo período. De outra forma, as religiões de matriz africana representam somente 0,1% em Tucuruí (Tabela 1) e na Figura 3 essas religiões representam somente 0,3% sem nenhum aumento no período de 10 anos (2000-2010) (IBGE, 2010).

Assim, historicamente, o processo de descontentamento com as doutrinas praticadas nas Igrejas Evangélicas de Missão e Pentecostais têm estimulado a abertura de espaços congregacionais evangélicos que não estejam obrigados a seguir todos os preceitos e cânones impostos por essas denominações (Araújo, 2023), contribuindo para que mais igrejas evangélicas sejam abertas, sem maiores critérios gnósticos e incentivadas pela isenção de impostos. Tratamento que não é observado com as religiões de matriz africana e mostrados pelos dados numéricos (IBGE, 2010).

Figura 3 Percentual da população residente, segundo os grupos de religião no Brasil conforme Censo Demográfico do IBGE 2000/2010



Fonte: IBGE 2000; IBGE 2010.

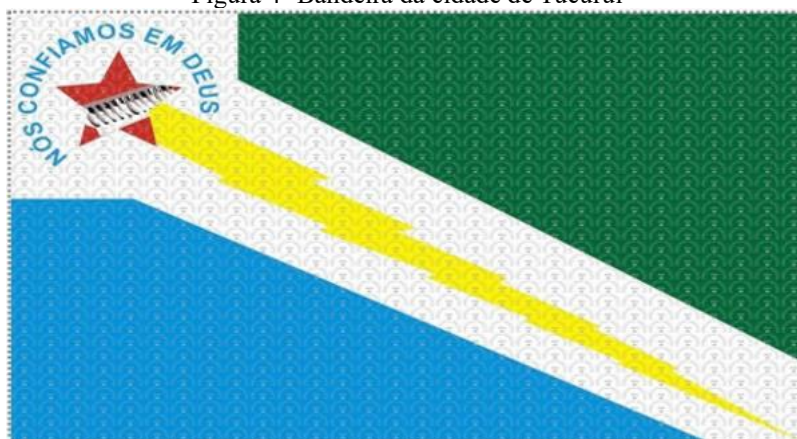
Nessa perspectiva, percebe-se que no município de Tucuruí as igrejas evangélicas são predominantes pela quantidade e tamanho, destacando: a Igreja Batista, localizada no centro da cidade e a igreja Assembleia de Deus e as localizadas na Vila Permanente. Ambas chamam a atenção pela suntuosidade e grandiosidade das edificações.

Nesta direção, é possível perceber que o predomínio das religiões hegemônicas, as chamadas Cristãs historicamente, vão tomando conta dos espaços públicos, legitimadas pelo apoio político para as cristãs e desprezo pelas demais que incluem as de matriz africana, onde a laicidade do estado tem sido ignorada.



É possível observar essa hegemonia, nos dizeres na bandeira do município que traz a seguinte frase: nós confiamos em Deus (Figura 4). A bandeira foi instituída no ano de 1993, que passou a ser símbolo do Município de Tucuruí, através da Lei Municipal Lei nº 3.841 de 23 de dezembro de 1993. A lei descreve as características e simbologia da bandeira: O formato retangular da bandeira, com cores predominantes verde e azul celeste. As características da bandeira significam: faixa branca ao centro: paz; estrela vermelha, no alto do lado esquerdo: a cidade da luz; cor verde: selva; cor azul celeste: água que gera energia; raio amarelo: energia elétrica; a parte central da estrela terá o desenho de uma Usina Hidrelétrica de Tucuruí; e circulando a estrela, será inserida a frase: “Nós confiamos em Deus”, que representará toda a fé que o povo do Município tem no Criador do Universo.

Figura 4- Bandeira da cidade de Tucuruí



Fonte: Museu de Tucuruí (2023). Domínio público: <https://www.museuvirtualtucuruui.com.br>

Por sua vez, outro símbolo localizado na rodovia federal BR-422, na entrada da cidade de Tucuruí que tem um tráfego intenso de automóveis, motocicletas e pedestres, é um “monumento à Bíblia” (Figura 5), que simboliza a religião predominante na cidade, a evangélica (Figura 6). Esse é o principal acesso a cidade e o único ponto de saída e retorno para a vila permanente. O monumento foi inaugurado no dia 08 de julho de 2018, erguida através Lei Municipal 9.936/2018 que reconheceu o Bíblia Sagrada como patrimônio imaterial de Tucuruí e da Lei Municipal 003/209.937/2018 que autorizou a construção do “Monumento à Bíblia”. A obra foi construída pela igreja Assembleia de Deus, além de marcar o encerramento das comemorações dos 84 anos da referida igreja no Município.

Figura 5- Monumento à Bíblia Sagrada na entrada da cidade de Tucuruí.

a) visão posterior.



b) visão anterior.



Fonte: Museu de Tucuruí (2023). Domínio público: <https://www.museuvirtualtucuruui.com.br>

Logo a frente, em um canteiro central na primeira rotatória quando se adentra a cidade, aparece um novo monumento de símbolo cristão, um peixe (Figura 6). Este monumento foi erguido conforme Lei nº 5634, de 02 de abril de 2003, que dá o nome de “Lions Clube” ao logradouro que foi construído e também denominado “Praça Lions Clube”, o logradouro público da rotatória da Avenida Veridiano Cardoso, trevo com a Avenida Tancredo Neves - Cohab.

Figura 6 - Símbolo de peixe na rotatória com canteiro central



Fonte: Museu de Tucuruí (2023). Domínio público: <https://www.museuvirtualtucuruui.com.br>

Do mesmo modo, recentemente foi inaugurada a orla de Tucuruí, uma bela fonte de água luminosa trazendo novamente o mesmo símbolo que confirma a hegemonia das religiões evangélicas no município (Figura 7). O símbolo do peixe pode ser visualizado em um monumento no centro da praça do Tucunaré, como também a própria configuração da praça vista de cima, tem o formato de um peixe. Essa praça foi inaugurada recentemente em 2024, sendo considerada um dos principais pontos turísticos da cidade, com um intenso volume de pessoas, pois possui brinquedos para crianças, restaurante para adultos, além dos tradicionais ambulantes.

Figura 7 - Orla da Praça do Tucunaré (simbolizando um peixe)



Fonte: Prefeitura Municipal de Tucuruí (2024). Domínio público: <https://www.museuvirtualtucurui.com.br>

Em 19 de outubro de 2024, a comunidade católica de Tucuruí reuniu-se em um momento para celebrar o Lançamento da pedra fundamental do Monumento Mariano (Figura 8). O evento, liderado pelos padres da área episcopal São Paulo, contou com a presença de diversas lideranças comunitárias e do padre Ivo, pároco da Paróquia de São José de Tucuruí.

O monumento foi erguido conforme a Lei Municipal nº 10.019, de 19 de junho de 2019 que dispõe sobre a construção de Monumento Mariano entre a Avenida Brasília e a Avenida Raimundo Veridiano Cardoso, próximo à Loja Avenida.

Figura 8 - Lançamento da Pedra Fundamental do Monumento Mariano em Tucuruí.



Fonte: Domínio público: <https://tucurui.portaldacidade.com/noticias/cidade/unidos-na-fe-pedra-fundamental-do-monumento-mariano-e-lancada-em-tucurui-1434>

Os dados apresentados acima, mostram uma maioria das chamadas igrejas cristãs com predominância das evangélicas na cidade de Tucuruí. Os monumentos apoiados pelo poder público, são predominantemente para estas religiões, apoiados pelo poder executivo e legislativo que aprovam as leis de permissão para as construções. O que não foi observado para as afro-religiões com uma evidente falta de interesse por estas, contribuindo para o silenciamento e apagamento das mesmas.

Por esses motivos, casos de vandalismo de imagens e monumentos associados ao culto das religiões de matriz africana não são isolados. Os casos vistos com frequência em Florianópolis as práticas ritualísticas presentes na religiosidade de matrizes africanas são historicamente negadas nesta cidade. A invisibilização dessas práticas possibilitou uma construção discursiva pautada na ausência de religiosidade afro e que resultou na falta de identificação com a cultura africana. A negação de uma cultura religiosa. Muitas vezes de forma violenta como citado no estudo citado a cima, bem como a negação “sutil” mostrada na presente pesquisa com a exaltação de um simbolismo cristão evangélico/cristão e católico/cristão apoiado pelo poder público com direcionamento estratégico, dispostos em pontos chave da cidade como: rodovia de acesso único, rotatória central de distribuição de fluxo para bairros, espaços de turismo e lazer. Entretanto, não são identificados, em pontos estratégicos da cidade, monumentos em espaços públicos destinados às afro-religiões (Da Silva Pinheiro, 2020).

Com isso, torna-se importante que estas práticas enquanto atos e espaços de resistência e negociações com as culturas política e religiosa hegemônica. Considera-se, ainda, que esses embates continuam sendo necessários para a preservação de terreiros e espaços de culto, a partir das relações com os espaços públicos e privados que se pluralizam ao conceber aspectos de sua existência, historicamente negados, mas que continuam na luta para se manter visibilizados (Da Silva Pinheiro, 2020).

O texto de Peiper (2018) cujo objetivo foi destacar o elemento religioso como central no filme “Teorema de 1968”, fazendo uma crítica à sociedade burguesa a partir da religião. O contexto do filme mostra a chegada inesperada de um visitante à casa de uma família de classe alta, revelando que cada um tem um demônio e um divino em si, processo que se dá a partir da estrutura: sedução, confissão e transformação. Desse modo, o visitante (personagem do filme) causa na família burguesa tradicional (pai, mãe, filha, filho e empregada) uma inquietação. Após o anúncio de que o “intruso” iria embora, se instaura uma crise familiar, exposta na confissão do que cada membro da família fez ao visitante, promovendo um sentimento de desterritorialização frente a falta de fundamentação evidenciada no cotidiano da família.

Com isso, a religião pode ser entendida como a manifestação de algo desconhecido e que desestrutura aquilo já tido no cotidiano, reconhecendo um abismo que tudo permeia. Neste texto, também são usadas diversas “imagens do deserto que se interpõem à narrativa”, que busca de forma simbólica e intencional a relativização de tudo, especialmente, dos valores da sociedade burguesa (Peiper, 2018). O que também está relacionado ao presente estudo que usa imagens e monumentos de símbolos religiosos para relativizar questões do cotidiano, em especial neste caso, a invisibilidade de outras manifestações religiosas existentes na comunidade.

De Azevedo e Da Silva Ferreira (2018) avançam neste debate quando afirmam que, atualmente, existe uma aproximação entre a igreja e a realidade das redes sociais, vindo como um novo ambiente interconectado ao chamado ambiente “off-line” tradicionalmente conhecida e reconhecido pelas igrejas, pois em ambos está o homem religioso, ansioso por se relacionar, ainda que de maneira distinta, consigo e com Deus. Contudo, isso só é possível com o pleno reconhecimento de que o futuro da igreja passa por novos formatos, onde os meios digitais não serão apenas uma forma de comunicação, mas também uma construção de identidades, relações e comunidades.

No contexto que a presente pesquisa mostra os resultados, se torna cada vez mais perigoso o movimento de persuasão que muitas igrejas e grupos políticos estão fazendo na direção de mostrar força, tanto política quanto de hegemonia religiosa com objetivo de ganhar poder, e com isso privilégios, onde a permanência de outras manifestações religiosas como é o exemplo das afro-religiões podem ser entendidas como ameaças a estrutura posta.

Contudo, Bellotti (2011) contribui com essa discussão quando afirma que cabe ao campo histórico o trabalho de analisar e investigar para produção de conhecimentos que estimulem uma visão ampliada sobre a religião enquanto fenômeno, demasiadamente humano. E que, esses conhecimentos permitam a promoção de diálogos e entendimentos na sociedade contemporânea, tão infectada por intolerâncias, violências e preconceitos.

### 3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

As principais limitações verificadas nesta pesquisa foram: contexto populacional reduzido em uma única cidade e os relatos de experiências que geram resultados de indicadores iniciais.

## 4 CONCLUSÃO

Após analisar o levantamento documental, as imagens e o relato de experiência do projeto “Construindo Identidades com Compromisso”, foi possível concluir que existe uma legislação que vai ao encontro do que a constituição brasileira determina e estimula sobre o estado laico. Entretanto, o

contexto histórico da cidade de Tucuruí-PA, mostra uma invisibilidade das afro-religiões que caminhou em direção da discriminação. As imagens que reforçam e potencializam os símbolos cristãos, em especial das religiões evangélicas nos lugares estratégicos que representam a cidade, como: na bandeira municipal, em pontos turísticos e na rodovia federal de acesso para a entrada e saída da cidade, chamam a atenção pois são pontos estratégicos de passagem das pessoas.

Esses achados, mostram um potencial indicativo para as dificuldades encontradas no cumprimento da Lei 10.639/2003 que altera a Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro Brasileira”. Nessa perspectiva o conteúdo das afro-religiões, assim como a Educação para as Relações Étnicas e Raciais no ensino das escolas brasileiras se tornam possíveis, como é possível perceber no relato de experiência do projeto “Construindo Identidades com Compromisso”

Contudo, novos estudos são recomendados nesta direção, que verifiquem os componentes de contexto histórico e de imagens relacionados à cultura religiosa em outras cidades brasileiras com pesquisas de abordagem metodológica qualitativa ou quantitativa mais robusta no sentido de refutar ou confirmar a tese apresentada neste estudo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Neila de Jesus Ribeiro. (Re)construção de saberes oriundos dos impactos socioambientais da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT). In: CARVALHO, Luciana Gonçalves de; RAVENA-Cañete, Voyner, Organizadores. Mares e marés: sustentabilidade, sociabilidade e conflitos socioambientais na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 536 p., 2021. Disponível em: [https://www.academia.edu/45272812/MARES\\_E\\_MAR%C3%89S\\_SUSTENTABILIDADE\\_SOCIALIDADE\\_E\\_CONFLITOS\\_SOCIOAMBIENTAIS\\_NA\\_AMAZ%C3%94NIA](https://www.academia.edu/45272812/MARES_E_MAR%C3%89S_SUSTENTABILIDADE_SOCIALIDADE_E_CONFLITOS_SOCIOAMBIENTAIS_NA_AMAZ%C3%94NIA).

ALVES, Nilda (Org.). A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2004. p. 19-36.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BELLOTTI, Karina Kosicki. História das religiões: conceitos e debates na era contemporânea. História: Questões & Debates, v. 55, n. 2, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/his.v55i2.26526>.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. A temática indígena na Escola: ensaios de educação intercultural. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, p. 53-69, 2012. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cfc/tematica\\_indigena.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cfc/tematica_indigena.pdf).

BRASIL. Decreto n. 9405, de 21 de março de 1885. Concede a José Negreiros de Almeida Sarinha privilégio por 50 anos para a construção de uma estrada de ferro entre Santa Helena de Alcobaça, na Província do Pará, e a cidade de Boa-Vista, na de Goyaz. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/416253/publicacao/15629244>.

BRASIL. Decreto nº 60.508, de 27 de março de 1967. Dispõe sobre os Quadros de Pessoal do antigo Ministério da Viação e Obras Públicas que, ex vi do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, passaram a integrar o Ministério dos Transportes. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60508-27-marco-1967-401540-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. Decreto nº 862, de 16 de outubro de 1890. Concede privilégio, garantia de juros e mais favores para o estabelecimento de um sistema de viação geral ligando diversos Estados da União à Capital Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-862-16-outubro-1890-523759-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692, de 71 de junho de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15692.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm).

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes\\_etnicoraciais.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf).

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004. Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas\\_interdisciplinares/diretrizes\\_curriculares\\_nacionais\\_para\\_a\\_educacao\\_das\\_relacoes\\_etnico\\_raciais\\_e\\_para\\_o\\_ensino\\_de\\_historia\\_e\\_cultura\\_africano\\_brasileira\\_e\\_africana.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_africano_brasileira_e_africana.pdf).

BRASIL. Presidência da República. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm).

BRASIL. Presidência da República. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm).

BRASIL. Presidência da República. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm).

CARVALHO, Marcelo Pagliosa. História da educação da população negra: o estado da arte sobre educação e relações étnico-raciais (2003-2014). Educar em Revista, v. 34, p. 211-230, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/97754>.

CORREIA, Aline Pereira dos Santos Amaro. O direito à cidade e a acessibilidade para pessoas com deficiência: a teoria da produção do espaço de Henri Lefèbvre e análise acerca da aplicação do Plano Diretor Participativo de 2006, em Tucuruí (PA). 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 165 p. Disponível em: <https://pdtsa.unifesspa.edu.br/images/ALINE.pdf>.

DA SILVA PINHEIRO, Hilton Fernando. Ilha da Magia seletiva: religiões de matrizes africanas e a intolerância religiosa em Florianópolis. Fronteiras: Revista Catarinense de História, n. 36, p. 91-109, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672071497007>.

DE AZEVEDO, Bonnie Moraes Manhães; DA SILVA FERREIRA, Raphael. Redes sociais e religião: a Igreja Católica diante da sociedade imagética conectada. Revista de Estudos e Pesquisa da Religião, v. 21, n. 1, p. 62, 2018. Disponível em: <https://relbib.de/Record/1777558352>.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil 1) 48. ed. ver. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2003. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/229322/mod\\_resource/content/1/Gilberto%20Freyre%20-%20Casa-Grande%20e%20Senzala.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/229322/mod_resource/content/1/Gilberto%20Freyre%20-%20Casa-Grande%20e%20Senzala.pdf).

GOMES, Nilma Lino et al. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, v. 17, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>.



IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População por cor ou raça - Censo Demográfico 2020. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/9605>.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2000: Características gerais da população. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=9858&t=resultados>.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 211 p. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf).

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAUAD, Ana Maria de S. A. Fotografia e história: possibilidades de análise. In: CIAVATTA, M.; ALVES, Nilda (Org.). A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2004. p. 19-36.

MUSEU VIRTUAL DE TUCURUÍ. A maior obra de engenharia da Amazônia. 2024. Disponível em: <https://museuvirtualtucurui.com.br/blog/historia-da-usina-hidreletrica-de-tucurui>. Acesso em: 28 nov. 2024.

PIEPER, Frederico. Quando o sagrado é subversivo... Uma análise de Teorema de Pier Paolo Pasolini. Numen, v. 21, n. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2236-6296.2018.v21.22129>.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Escravidão, fuga e a memória de quilombos na região do Tocantins. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 22, 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10744>.

PORTAL DA CIDADE. Unidos na Fé: Pedra Fundamental do Monumento Mariano é lançada em Tucuruí. 2024. Disponível em: <https://tucurui.portaldacidade.com/noticias/cidade/unidos-na-fe-pedra-fundamental-do-monumento-mariano-e-lancada-em-tucurui-1434>. Acesso em: 28 nov. 2024.

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. Revista Usp, n. 46, p. 52-65, 2000. Disponível em: [https://reginaldoprandi.fflch.usp.br/sites/reginaldoprandi.fflch.usp.br/files/inline-files/De\\_africano\\_a\\_afro-brasileiro.pdf](https://reginaldoprandi.fflch.usp.br/sites/reginaldoprandi.fflch.usp.br/files/inline-files/De_africano_a_afro-brasileiro.pdf).

SANTOS, Rusevelt Silva. Felipa aranha: A guerreira da Amazônia. 1. ed. Belém: Paka-tatu, v. 01, 145 p. 2021b.

SANTOS, Rusevelt Silva. Narrativas amazônicas: Histórias contadas pelo nosso povo. 1. ed. Gurupi - TO: Veloso, v. 01, 78 p. 2021c.

SANTOS, Rusevelt Silva. Um grito negro: poetizando a conscientização. 1. ed. Belém: Folheando, v. 01, 72 p. 2021a.

TRINDADE Jr, Saint-Clair Cordeiro; ROCHA, Gilberto de Miranda. Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 309 p. 2002.

TUCURUÍ. Lei nº 3.841, de 23 de dezembro de 1993. Institui a bandeira municipal, que passará a ser símbolo do Município de Tucuruí e dá outras providências. Câmara Municipal de Tucuruí. Disponível em: <https://camaratucurui.pa.gov.br/site/>.

TUCURUÍ. Lei nº 5634, de 02 de abril de 2003. Dá o nome de “Lions Clube” ao logradouro que está sendo construído na rotatória da Avenida Veridiano Cardoso, trevo com a Avenida Tancredo Neves - Cohab. Câmara Municipal de Tucuruí. Disponível em: <https://camaratucurui.pa.gov.br/site/>.

TUCURUÍ. Lei nº 9.936/2018, de 02 de abril de 2018. Institui a Bíblia como Patrimônio Imaterial do Município de Tucuruí. Câmara Municipal de Tucuruí. Disponível em: <https://camaratucurui.pa.gov.br/site/>.

TUCURUÍ. Lei nº 9.937/2018, de 02 de abril de 2018. Dispõe sobre a construção de monumento à Bíblia na BR 422 em frente ao Quartel dos Bombeiros, e dá outras providências. Câmara Municipal de Tucuruí. Disponível em: <https://camaratucurui.pa.gov.br/site/>.

WEDDERBURN, Carlos Moore. Novas bases para o ensino da história da África no Brasil. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005. Disponível em: <https://afrocentricidade.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/03/novas-bases-para-o-ensino-da-histc3b3ria-da-c3a1frica-no-brasil-carlos-moore.pdf>.